

História

Língua portuguesa em PERSPECTIVA



© Reprodução/BJ Duarte Calçador de majens

Painel feito em livro por Carlos Alberto Faraco mostra a consolidação de preconceitos linguísticos e o quanto eles atrapalham o ensino do idioma no país

Luiz Costa Pereira Junior



Populares em jogo de dados na rua, 1939: rejeição à assimilação das formas de uso da língua usadas em situações não formais

Ensinar normas de gramática é o de menos. Para o linguista Carlos Alberto Faraco, há razões históricas para os brasileiros saírem da escola sem saber interpretar textos e com extrema dificuldade para comunicar-se fora das situações a que estão acostumados. No recente *História sociopolítica da língua portuguesa* (Parábola, 2016), Faraco defende que isso acontece porque a escola brasileira ensina mal quando reproduz vícios e mitos históricos sobre o idioma.

O linguista trata dos fatos marcantes na história do idioma no Brasil e seu alcance em outros países. Mas seu horizonte não é tanto o ensino ou o significado da lusofonia, mas o minucioso entendimento de como as condições sociais de cada momento histórico ajudaram a consolidar perspectivas e preconceitos de linguagem ainda hoje vigentes no país.

A obra mostra, por exemplo, como foi construída a supremacia do português sobre os nossos idiomas nativos (os colonizadores usavam uma variante de falares indígenas para se comunicar, o nhengatu: para se ter ideia, até o século 18, só dois em cada cinco moradores de São Paulo falavam português). Faraco ressalta o papel dos escravos na disseminação da língua por todo o país e avalia o impacto da transmissão irregular e da desigualdade social na polarização linguística que hoje domina o país.

Segundo Faraco, a elite socioeconômica e letrada, a que se foram agregando as classes médias em crescimento desde o ciclo do ouro no século 18, sempre buscou demarcar com nitidez sua distinção da população escravizada ou pobre, dos mestiços e dos sem direito a bens da escolaridade e

do desenvolvimento. “Se a cor da pele funcionava – e continua funcionando – como marcador social da diferença, a língua portuguesa polarizada cumpria – e continua cumprindo – essa mesma função”, avalia Faraco.

RAÍZES ANTIGAS

Essa constante polarização tem raízes antigas, demonstra o linguista, cuja obra observa a variedade que emergiu do latim falado no noroeste da Península Ibérica (os atuais territórios da Galícia, na Espanha, e do norte de Portugal) e migrou para o sul, na faixa ocidental da região, daí para o resto do mundo, desde a era das grandes navegações.

“Não se pode falar de uma história sociopolítica única da língua portuguesa no Brasil”, diz o linguista. “Numa sociedade socioeconomicamente polarizada desde o início da colonização, a língua caminhou, de fato, por duas grandes trilhas paralelas, cada qual com sua própria dinâmica.”

O livro de Faraco se firma como um painel das muitas visões que, ao longo da história, consolidaram uma compreensão do idioma que hoje apadrinha o mau ensino. A mais saliente das consequências da polarização linguística fez a tradição escolar brasileira resumir o esforço de ensino à memorização de regras consagradas pela tradição gramatical.

FLEXIBILIDADE

Obras como as de Faraco mostram que o desafio do aprendizado de português no Brasil pode estar relacionado mais à dificuldade de saber que linguagem usar em que situações e de identificar os diferentes níveis de formalidade, que exigem usos específicos de linguagem.

História

“NÃO SE PODE FALAR DE UMA HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA ÚNICA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL. NUMA SOCIEDADE POLARIZADA DESDE O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO, A LÍNGUA CAMINHOU, DE FATO, POR DUAS GRANDES TRILHAS PARALELAS, CADA QUAL COM SUA PRÓPRIA DINÂMICA”

Carlos Alberto Faraco, em *História sociopolítica da língua portuguesa*

As recentes teorias da linguagem apontam a necessidade de capacitar as pessoas à flexibilidade linguística: ajudá-las a comunicar-se com outras com quem se relacionam e a manejar o padrão nas interfaces sociais em que ele for recomendável. O padrão gramatical comporta a ideia de que confere estabilidade à organização social, daí ser adequado a provas escolares, disputas por vagas no mercado, redações para leitura do grande público, participação em concursos e vestibulares. Não é necessariamente adequado a todo tipo de conversa e texto.

Afinal, como defende Sírio Possenti, professor de linguística da **Unicamp**, não existe o que nos acostumamos a chamar de “erro de português”. “O que há são inadequações de linguagem. Assim, é tão inadequado, não errado, dizer-se: ‘Vossa Senhoria quer fazer o obséquio de me passar o sal’ numa refeição em família, quanto dizer-se: ‘Ô, meu chapa, qué fazê o favor de demití o ministro, que ninguém mais tem saco pra guentá ele?’ ao presidente da República numa reunião do ministério. Mas não se diga que esta última frase está errada. Ela é uma frase do português, tem regras próprias.”

Para Possenti, casos como esses são gafes similares a ir à praia de smoking ou a um jantar formal de bermudas. O “erro”, diz o professor, se dá sempre em relação à forma como a sociedade encara

tais expressões, não em relação às expressões mesmas. “Não fosse assim, seria como considerar mal acabado um colete por não ter mangas”, arremata.

EFEITOS NO COTIDIANO

A obra de Faraco fornece o estofado histórico para a compreensão dessa complexa situação linguística brasileira. Chama atenção para os efeitos na linguagem cotidiana da chegada dos migrantes rurais ao ambiente urbano (a urbanização intensa, acelerada e desigual pôs em proximidade física camadas sociais que até então estavam separadas no espaço). “Como o pessoal da roça veio à capital e uns entraram em contato com os outros, os registros gramaticais fluíram com menor resistência do que antes”, resume Ataliba de Castilho, professor de linguística da USP.

O fluxo rural para as cidades que se registrou desde os anos 1950 não foi o único movimento migratório a afetar o idioma no Brasil. Faraco lembra o impacto linguístico do encontro de nordestinos com populações ribeirinhas da Amazônia e a população do Sudeste, de sulistas com habitantes tradicionais e de povos indígenas e nordestinos do Centro-Oeste. O movimento de gentes, textos e grupos humanos fez circular e estreitar a experiência de contato entre as variedades da língua, uma influenciando a outra. A real dimensão desse impacto, no entanto, ainda é uma

questão linguística em aberto, diz Faraco, assim como a universalidade da escolarização para todas as classes sociais e como a disseminação em cadeia nacional dos meios de comunicação social.

“A sociedade brasileira está sendo desafiada a examinar e reconhecer sua cara linguística, a conhecer sua história sociolinguística e a responder adequadamente aos desafios linguístico-culturais postos por essa história e essa realidade”, afirma Faraco.

FIM DAS DIFERENÇAS

Para o historiador do idioma, os segmentos dominantes vêm fazendo, há pelo menos 250 anos, um esforço para criar um imaginário que apague a diferença, de modo a uniformizar e homogeneizar o que é heterogêneo e complexo. “Se do *Diretório dos Índios* [decreto do Marquês de Pombal, de 1757, que proibiu o uso de línguas indígenas no Brasil, embora sem grande efeito prático] saímos com a ideia de que somos um país monolíngue; do século 19 saímos com um arraigado desprezo pela nossa cara linguística: um desprezo por toda a variedade e heterogeneidade linguística do país.”

Faraco mostra em seu livro que temos a tendência de reduzir a língua a um sistema fechado, uniforme, impermeável e estável de formas e recorrências submetidas a regras internas. Pois fomos levados a ver a língua como homogênea; um fato consumado, não um andamento; uma unidade autônoma e atemporal, não uma construção de seres humanos, a partir de sinapses e incidentes de contato; um sistema autossuficiente, enfim, não uma correlação de forças; estrutura imóvel, não a rede instável de práticas que, afinal, toda língua se revela ser.

História



© Reprodução/BU Duarte Criador de imagens

A escolarização busca apagar os traços particulares de linguagem em prol de uma ideia universalista

Tendemos a pensar e descrever uma língua e cada variedade – as de prestígio e as estigmatizadas – como se cada uma fosse um todo homogêneo. Fazer isso depende de admitir, de saída, a estabilidade, a integridade e a coesão dos grupos que as adotam. Mas nunca há comunidade homogênea.

HOMOGENEIZAÇÃO

As recentes teorias linguísticas mostram que um idioma varia não como um bloco unitário, ou uma homogeneidade. Melhor seria focar as conexões entre pessoas, grupos humanos e países. As práticas linguísticas são um caminho de trocas que recombina o sistema por meio do encontro social.

As variedades estigmatizadas

não são inferiores ao padrão da língua, nem são sistemas estáticos e homogêneos. Todos estão enraizados em práticas recorrentes e mutantes, construídos nas interações, envolvam elas desequilíbrios hierárquicos, confrontos ou afetos.

Para pesquisadores como Faraco, o que torna a norma gramatical uma sombra do idioma é tomá-la como universal, quando não há um único padrão. Cada situação de comunicação pede um registro que lhe seja adequado – e a norma culta se altera historicamente porque a elite culta também se altera.

A mobilidade linguística que veio com a urbanização e a TV em rede nacional permite a um cidadão interagir com pessoas de outras extrações culturais e forma-

ções. O que implica saber usar a variante de prestígio, e a hora de usar outras. Por um condicionamento de formação, somos levados a visões intransigentes que se atomizam também no idioma, e para além dele.

Ser tolerante é uma condição contra todo fator desagregador e desumanizador que a vida contemporânea nos tem feito engolir. Das crises étnicas da globalização à mesquinha implicância com o idioleto alheio, somos desafiados a todo instante a dialogar.

O outro, lástima ou consolo, somos nós e mais ninguém. ▀

Luiz Costa Pereira Junior é jornalista, doutor em filosofia e educação pela USP e, por dez anos, editor da revista Língua Portuguesa.